



## PODER LEGISLATIVO

Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul/RS  
Segunda Capital Farroupilha

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70, DE 2024.

Autoria: Mesa diretora.

14/4/2024  
Câmara Municipal de Vereadores  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
PROTOCOLO  
DATA 04/04/2024  
Horário: 14 h 28 min  
Entrega: (x) mãos  
( ) correio  
*Ass*

Altera os artigos 152 e 153 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul, Resolução nº 050/2020, para adotar no Processo Legislativo Orçamentário Municipal as Emendas Impositivas Individuais previstas na Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

Art. 1º O art. 152 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152 (...)

Parágrafo único. (...)

I- quando individual, as normas da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, e da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022.” (NR)

Art. 2º O art. 153 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 153 (...)

§1º (...)

I- dois por cento da Receita Corrente Líquida, entre os inscritos, no caso de Emenda Individual;” (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSÕES GENERAL JOÃO MANOEL DE LIMA E SILVA, 04 DE ABRIL DE 2024.

*[Assinatura]*  
Verª Jussarete Vargas - PDT

*[Assinatura]*  
Ver. Antonio Dias de Almeida Filho - MDB

*[Assinatura]*  
Verª Minella Fernandes Biazchi - PDT

*[Assinatura]*  
Ver. Paulo Dutra Pereira - PDT

Rua Barão de Caçapava, 621, centro, CEP 96570-000, Caçapava do Sul/RS  
Contato: (55) 3281-2044 / (55) 3281-2428 - contato@cacapavadosul.rs.leg.br  
Site: www.cacapavadosul.rs.leg.br



**PODER LEGISLATIVO**  
Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul/RS  
Segunda Capital Farroupilha

**JUSTIFICATIVA**

Senhora Presidente,  
Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Resolução, tem por objetivo alterar os artigos 152 e 153, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, Resolução nº 050/2020, que dispõe acerca do Orçamento Impositivo da execução orçamentária e financeira da programação incluída por Emendas Individuais e de Bancadas do Poder Legislativo Municipal, haja vista que a Emenda Constitucional nº 126, de 2022, alterou as regras permanentes para cálculo e distribuição de valores das Emendas Impositivas Individuais.

À vista disso, a alteração promovida no art. 166, §9º, da Constituição Federal, redefiniu a base de cálculo para o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) do exercício anterior ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, devendo o Município se adequar ao novo percentual previsto.

Assim sendo, o Regimento Interno, uma vez que já houve alteração na Lei Orgânica Municipal, deve adotar no Processo Legislativo Orçamentário Municipal as Emendas Impositivas previstas na Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019, e na Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, no qual as Emendas Impositivas Individuais serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento da LOA.

SALA DAS SESSÕES GENERAL JOÃO MANOEL DE LIMA E SILVA, 04 DE ABRIL DE 2024.

  
Verª Jussarete Vargas - PDT

  
Ver. Antonio Dias de Almeida Filho - MDB

  
Verª Mirella Fernandes Biacchi - PDT

  
Ver. Paulo Dutra Pereira - PDT